

3

OS FUNDAMENTOS ETICO-MORAIS DA PAZ EM SANTO AGOSTINHO

Neste terceiro capítulo, abordaremos os aspectos que fundamentam e norteiam a visão ético-moral da paz no pensamento agostiniano; a fonte da lei natural e sua função, no que tange ao processo de aquisição da paz; as prerrogativas dos graus da paz apregoados por Santo Agostinho e suas incidências na vida pessoal, social e no Cosmo; a importância do conceito da *Civitas*, em Agostinho, para a construção e a promoção da paz; o respeito aos direitos naturais, imprescindível para a consolidação da paz; a dignidade do ser humano, pressuposto basilar na edificação da paz; a implantação da paz, com o empenho e o compromisso de todos os membros da sociedade; a autêntica paz e suas exigências.

3.1**A ética em Agostinho****3.1.1****O conceito de ética**

Não se pode compreender, adequadamente, a ética agostiniana fora da perspectiva do amor, pois os homens, para o Hiponense, tendem comumente para o objeto do seu amor³⁷¹. O homem se revela por aquilo que ama³⁷². Quando ama o Sumo Bem, procura ordenadamente usar, com moderação, os bens deste mundo para um dia possuí-los. Quando ama a si mesmo, vive dissolutamente, como se os bens terrenos fossem únicos e eternos. Para o Serafim da África, há, em toda criação, um imperativo, segundo o qual os bens materiais devem ser utilizados e não fruídos³⁷³. A ética do Hiponense consiste em seguir essa ordem natural impressa por Deus no íntimo do ser humano. Deus é o Bem Supremo do homem,

371. De Civ. Dei XI,28: “As tendências dos pesos são como que os amores dos corpos, quer busquem, por seu peso, descer, quer busquem, por sua leveza, subir, pois, como o animo é levado pelo amor aonde quer que vá, assim também o corpo o é por seu peso”.

372. BESCHIN, Giuseppe., op. cit., p.62.

373. De Civ. Dei XI,25: “Donde se segue que das coisas temporais devemos usar, não gozar, para merecermos gozar das eternas. Não como os perversos, que querem gozar do dinheiro e usar de Deus, porque não gastam o dinheiro por amor a Deus, mas prestam culto a Deus por causa do dinheiro”.

por isso, Ele é o Fim de toda a criação. Assim, a ética autêntica, para o Santo de Hipona, é aquela que ajuda o ser humano a viver de acordo com esse fim. Para o Doutor da Graça, não se trata de uma lei externa, ou de conotação apenas jurídica, Ela é intrínseca à natureza humana. A beleza e o esplendor dos bens visíveis remetem para uma Beleza e um Bem Supremo, que ultrapassam o efêmero e o limitado. O pensamento do Santo Teólogo acerca da ética acena para uma hierarquia dos seres³⁷⁴. Deus é a fruição, por antonomásia, do ser humano. Viver, segundo esta indicação natural, é preservar a ordem natural formada por uma escala de valores, que procedem de um Ser Supremo, passa pelos inferiores, sem jamais esquecer da Grandeza e Magnificência dAquele que originou tudo. Neste sentido, pode-se afirmar que a ética, do Pastor de Hipona, é ampla e convergente. Ela é imanente e, ao mesmo tempo, presente na comunhão dos homens consigo e seus semelhantes³⁷⁵.

A doutrina ética do Doutor do Amor, na opinião do estudioso Stanislaw Kowalczyk, reforça a idéia de que a felicidade do ser humano consiste em unir-se ao seu Criador através do reto uso dos bens da criação³⁷⁶. O amor a Deus e ao próximo é o eixo, sobre o qual, a ética agostiniana gira e, para onde, conflui todo agir ético³⁷⁷. De fato, Nosso Autor acredita que só, quando Deus, Verdade Absoluta, é amado, o ser humano pode amar com liberdade e segurança, pois, segundo ele, só ama a si mesmo e ao próximo, quem é livre³⁷⁸. Por isso, para o Teólogo Hiponense, a ética só tem sentido, enquanto ação e comportamento que visam o respeito à Lei de Deus, que ordena todos os homens a se amarem como irmãos. Quando as atitudes humanas não são iluminadas por essa mentalidade, o homem foge da sua vocação primordial, que é o amor desinteressado pelo próximo. O Serafim de Hipona se refere a isso, quando se dirige ao governador Macedônio nestes termos, falando daqueles que tentam amar de modo diverso do

374. Ibidem IX, 16.

375. PEGUEROLES, Juan. El orden Del amor. Esquema de la ética de San Agustín. In. AUGUSTINUS, V. XXII, n.85-88, Jul-Dic, 1977, pp.226-227. Segundo alguns comentadores do Santo como Juan Pegueroles, o ethos agostiniano mantém e protege a ordem natural que remete a criatura ao Criador, numa perspectiva de amor que se traduz no respeito pelo próximo e pela criação.

376. Cf. KOWALCZYK, Stanislaw. El Teocentrismo de la Jerarquia de los bienes en la doctrina de San Agustín. In. AUGUSTINUS, V. XXII, n.87-88, Jul-Dic, 1977, p.234.

377. Cf. CAVALCANTI, Elena. Ética Cristiana nei secoli III e IV: Principali elementi di strutturazione. In. Atti del incontro di studiosi dell antichita chistiana, Roma, Augustinianum, 1995, p.30

378. Cf. De Lib. Arb. II, 14.

que ele apresenta acima: tornam-se iníquos e privam-se da justiça³⁷⁹. O homem foi criado por Deus, portanto, para amar, o Amor por essência, mas como ele é mutável, por ser criatura, sujeito às vicissitudes da vida, pode falhar no exercício da virtude, desviando-se da reta ordem descrita por Nosso Autor anteriormente.

Quando o Pastor Africano dirigiu-se também ao governador Macedônio, ele apresentava a idéia central de sua visão antropológica e da ética com esses termos:

“Deus, portanto é bom de um modo que é só seu... porquanto o bem pelo qual Ele é bom é Ele mesmo. O homem, ao invés, é bom enquanto a sua bondade deriva de Deus... E por virtude do Espírito de Deus que os bons se tornam tais, pois a nossa natureza foi criada capaz de ser participante d’Ele mediante a própria vontade. E se, portanto, bom na medida em que se age bem, isto é, se faz o bem com conhecimento de causa, com amor e com piedade: é-se mau, ao invés, na medida em que se peca, isto é, se afasta da verdade, da caridade e da piedade... Por isso mesmo, o próprio Senhor aos mesmos que chama bons por causa da participação de graça divina, chama igualmente maus devido aos vícios da fraqueza humana...”³⁸⁰.

Outro aspecto importante da ética agostiniana, que deve ser mencionado, é o fato de que todas as ações dos homens devem ser realizadas com vistas à Felicidade, que para Nosso Autor é Deus, finalidade última do homem individual e social³⁸¹. O agir humano não pode construir-se sem este direcionamento para a Comunhão profunda com o Criador, pois o homem, para o Santo Teólogo, é um ser limitado e finito à procura do Infinito. O “fruir” de Deus é a razão da ética³⁸².

3.1.2

O fundamento da ética

A ética agostiniana funda as suas raízes na própria estrutura ontológica do homem, criado à “Imagem e Semelhança de Deus”. Por isso, a ética desenvolvida

379. Epist., 155,15: “Cum ergo illa dilectionem quam divina Lex imperat, debeat homo diligere Deum, et seipsum, et proximum; non tamen ex hoc tria praecepta data sunt, Nec dictum est, in his tribus, sed: In his duobus praeceptis tota Lex pendet et Prophetarum, id est in dilectione Dei ex toto corde, ex tota anima, et ex tota mente, et proximi tamquam sui ipsius: videlicet ut intellegeretur nullam esse aliam dilectionem qua diligit Deum. Qui aliter se diligit, potius se odisse dicendus est; fit quippe iniquus, privaturque luce iustitiae, cum a potiore ac praestantiore bono aversus, atque inde vel ad seipsum conversus, ad inferiora et egena utique convertitur; fitque in ipso quod veracissima scriptum est: Qui autem amat iniquitatem adit animam suam”.

380. Epist., 153,12-13.

381. Epist., 155,2.7. “Quoniam vero te reipublicae scimus amatorem, non aliunde esse beatum hominem, aliunde civitatem, vida quam sit in illis sacris litteris clarum”.

382. RAMOS, F. Manfredo. op. cit., pp.46-47.

pelo Santo Teólogo gira em torno de dois critérios, que estão intrinsecamente presentes no âmago da existência humana: o “*uti*” e “*frui*”³⁸³. Eles asseguram o bom ou o mal uso da criação.

Para o Santo Africano, ontologicamente, o homem foi criado para amar somente Àquele que é o Amor por excelência: Deus. Assim, a natureza com seus diversos graus de seres é um itinerário que tem como fim o sumo Bem, que dá sentido e move o itinerário ético. A criação é bela, exuberante, porém é apenas um pálido reflexo daquela Beleza e daquele Esplendor que são, exclusivamente, do Criador. O mundo tem maravilhosas riquezas e bens materiais, que se constituem setas que apontam para o Bem Supremo, fonte de todos os bens. Ele expressa esta verdade no *De Trinitate*, quando afirma:

“Ainda uma vez compreende, se tu podes. Não se ama senão certamente o bem, porque boa é a terra com as altas montanhas, as colinas médias, as planícies dos campos, bom é o terreno ameno e fértil, boa é a casa ampla e luminosa, dos quartos dispostos com proporções harmoniosas; bons os corpos dos animais dotados de vida; boa é a corrente de ar da temperatura; bom é o alimento saboroso; boa é a saúde sem sofrimento e fadiga; bom é o rosto do homem, harmonioso, iluminado de um sorriso suave com vibrantes cores; boa é a alma do amigo pela suavidade da partilha dos mesmos sentimentos (...) Elimina este e aquele e contempla o próprio Bem, se podes; agora verás Deus que não recebe sua bondade de nenhum outro bem, pois Ele é o Bem do qual procede todo bem”³⁸⁴.

A Revelação Divina contida na Sagrada Escritura enaltece a criação como expressão da Bondade e do Amor de Deus pelo homem. Ressaltam a importância desses, colocando-os no centro do Cosmo³⁸⁵. O Universo foi criado para ser pólo de união entre Deus e o homem. Nosso Autor, tendo diante de si o testemunho da Sagrada Escritura, reconhece que esse projeto original de Deus foi obscurecido,

383. Os biógrafos de Agostinho dizem que esta distinção foi amadurecida durante o processo de sua própria conversão. Segundo esta linha de raciocínio” *uti* “significa utilizar, servir-se e “*frui*” tem a conotação de gozar, ou seja, amar algo por ele mesmo. Após seu encontro com Cristo e sua experiência do Amor de Deus, o Hiponense chegou a conclusão que o homem deve servir-se dos seres e da criação, como meio e não como fim. Deus é o fim por excelência, para o qual tudo deve convergir. As páginas mais belas e profundas a respeito desse tema estão nos livros I e II do *De Doctrina Christiana*.

384. *De Trin.* VIII,3.4. Cf. *De Civ. Dei* XI,21.

385. “Sim, naturalmente vãos foram todos os homens que ignoraram a Deus e que, partindo dos bens visíveis, não foram capazes de conhecer Àquele que é, nem, considerando as obras, de reconhecer o Artífice... Se, fascinados por sua beleza, os tomaram por deuses, aprendam quanto lhes é superior o Senhor dessas coisas, pois foi a própria fonte da beleza que as criou. E se os assombrou sua força e atividade, calculem quanto mais poderoso é Àquele que as formou, pois a grandeza e a beleza das criaturas fazem, por analogia, contemplar seu Autor”. *Sb* 13,1.3-5.

quando Adão pecou, inclinando todo o gênero humano sobre si mesmo, desprezando desta forma o Amor Divino. Dentro deste contexto, o Verbo feito carne veio ao encontro do homem desorientado e perplexo para ajudá-lo a retomar o caminho da felicidade³⁸⁶. Veio iluminar e libertar os seres humanos das trevas do erro para o reto uso da razão, concedendo sabedoria e força para que o “uti” e o “frui” alcancem o fim do “fruir” de Deus³⁸⁷.

A ética cristã, para nosso Santo Pastor, é racional e a sua vivência é fruto da Graça Divina. Ela é uma expressão da razão e da lei Eterna, que oferece princípios sólidos para um convívio social, pautado no amor aos semelhantes e no respeito aos bens da criação. A ética agostiniana remete com frequência para o Infinito, porque o homem foi criado com desejo e capacidade de amar, que não se satisfazem na terra, na limitação dos seres que fazem parte da criação. Sendo assim, o fundamento da ética do Santo Doutor é Transcendental, pois o anseio de realização e felicidade ultrapassa a própria existência.

3.1.3

A superação da ética individualista

Embora a ética do Doutor da África parta de um pressuposto ontológico, ela não tem nenhuma variante egocêntrica e intimista, pois suas indicações atingem a dimensão comunitária, cujas consequências repercutem na sociedade. A comunidade humana é sempre o espaço privilegiado, onde o “uti” e o “frui” se manifestam. Por isso, a ética de Nosso Autor, na opinião do estudioso Giovanni Alberto, é também chamada ética social ou ética do amor³⁸⁸, pois inspira e direciona para o bem comum.

A ética apregoada pelo Santo Teólogo é participativa e comprometedora, pois a sua base é o preceito do amor a Deus sobre todas as coisas e ao próximo³⁸⁹. Esse mandamento divino impulsiona o amor ao próximo, como expressão do

386. De Civ. Dei IX,15.

387. Cf. De Doct. Christ. I,22.20.21.

388.Cf. DI GIOVANNI, Alberto. La dialettica dell'amore. Roma, Edizione Abete, 1965, p.146.

389. “Mestre, qual é o maior mandamento da lei? Ele respondeu: “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos depende toda a lei e os profetas”. Mt. 22,36-40.

amor a si mesmo³⁹⁰. Por isso, a vida social só merece ser chamada como tal, segundo Santo Agostinho, quando se faz dela um exercício da caridade³⁹¹. Assim, a ética de Nosso Autor é profundamente marcada pela dimensão social. Ela se apóia sobre quatro colunas: a terra, o trabalho, a família e a religião. O domínio e administração da terra é fonte de subsistência e expressão da dignidade do homem em relação à criação³⁹². A família é a matriz geradora dos cidadãos que compõem o tecido social³⁹³. Deus doa aos homens sua graça, para que possam viver em verdadeira concórdia. Por isso, segundo Stefano Riccio³⁹⁴, para o Águia de Hipona a religião constitui uma força unificante e espiritualizante da sociedade, capaz de promover uma ordem social e econômica justa.

Partindo da experiência de sua conversão, o Teólogo do Amor está convencido que somente o amor de Deus pode curar as chagas do egoísmo deixadas pelo pecado original³⁹⁵. Este causou a deturpação da ordem do amor que tem Deus como Centro. Na realidade, depois da queda do primeiro casal, o ser humano passou a viver em torno de si mesmo, tornando-se escravo de suas próprias paixões, como já abordamos. A retidão do amor, que para o Santo Doutor, só é recuperada em Cristo, é o único caminho que torna o ser humano capaz de superar as barreiras do individualismo para viver em comunhão com seus semelhantes, buscando não somente seus interesses pessoais, mas, sobretudo, o bem comum. Para o Pastor de Hipona, somente o homem redimido em Cristo pode viver em plenitude a ética do amor. Portanto, a graça do Ressuscitado é imprescindível para o cristão, que tem a missão de construir uma sociedade justa e fraterna. Essa é fruto da caridade que age no homem novo³⁹⁶.

A superação do egocentrismo só pode ser alcançada pela renúncia ao espírito de poder e ganância, que, com frequência, está presente na sociedade.

390. DUPONT, Anthony. Sermón 90 A – El amor de si, como inicio Del amor Al Próximo y a Dios. In. AUGUSTINUS, V. LII, n. 208-209, EneJun, 2008, p. 28.

391. De Civ. Dei, XIX, 23.5: “Dessa maneira, como um só justo vive da fé, assim também o conjunto e o povo de justos viverão dessa fé que age pela caridade, que leva o homem a amar a Deus como deve e ao próximo como a si mesmo”.

392. Cf. RICCIO, Stefano. Il Pensiero Sociale di S. Agostino nella Mater et Magistra, Napoli, Editoriale del Mezzogiorno, 1961, p. 44.

393. De Civ. Dei XV, 16.3.

394. Cf. RICCIO, Stefano. Op. cit. p. 44.

395. Cf. De Civ. Dei XIX, 21.2.

396. Cf. Serm. 350/A, 1. In: Discorsi Nuovi, V. XXXV/1, Roma, Città Nuova, 2002: Caritas enim innovat hominem: nam sicut cupiditas facit hominem veterem, sic caritas novum. Inde ingemens in conflictatione cupiditas ait: Inveteravi in omnibus inimicis meis.

Porém, essa superação só é possível, quando se adere ao “amor Dei”, que inculca, no crente, o amor pelo bem do outro. O Santo Bispo tem consciência de que, para se chegar a um convívio social justo, é necessário uma transformação dos corações³⁹⁷. As estruturas sociais são injustas e, por conseguinte, não propiciam a construção da paz, porque os membros da cidade terrena não se abrem ao verdadeiro amor que pode sanar as discórdias e contendas humanas³⁹⁸.

A ética cristã suplanta a tendência desordenada do ser humano de colocar seu eu no centro, em detrimento do bem social, pois o amor de Cristo impele ao amor solícito por todos. Para Santo Agostinho é impossível que alguém faça uma experiência mística de intimidade com Deus, sem que esta deixe profundas e autênticas iniciativas em prol dos pobres e menos desfavorecidos.

“Também isto: Sempre que deixastes de fazê-lo com algum de meus pequeninos, deixastes de fazê-lo comigo, mostra que não as fazem, embora creiam que sim. Se dão pão a cristão pobre, por ser cristão, não negarão a si mesmos o pão de justiça que é Cristo, porque Deus não atende a quem se dá, mas à intenção com que se dá. Quem no cristão ama Cristo, dá esmola com o mesmo espírito que o induz a, sem castigo, apartar-se de Cristo”³⁹⁹.

3.1.4

A ética a serviço da paz

A paz é o principal bem da sociedade⁴⁰⁰. Ela é sempre um desafio, pois está frequentemente ameaçada pela explosão contínua das paixões e desejos mesquinhos, que tentam dominar o horizonte pessoal e social da história. Por isso, Nosso Autor trabalha a ética cristã em prol da paz, a partir do próprio coração e da razão humana, dando-lhes os critérios para superação de seus interesses egoísticos para buscar o bem comum, como já exposto. O autêntico encontro com Cristo

397. De Civ. Dei, IX, 15.

398. De Doct. Christ III,10.15: “Caritatem voco motum animi ad fruendum Deo propter ipsum et se atque próximo propter Deum; cupiditatem autem motum animi ad fruendum se et próximo et quolibet corpore non propter Deum... Item quod agit caritas quo sihi prosit, utilitas est, quod autem agit ut prosit próximo, beneficentia nominatur. Et hic praecedit utilitas, quia Nemo potest ex eo quod non habet prodesse alteri. Quanto autem magis regnum cupiditatis destruitur, tanto caritatis augetur”.

399. De Civ. Dei XXI, 27.3.

400. Ibidem XIX,11: “E tão nobre bem é a paz, que mesmo entre as coisas terrenas e mortais nada existe mais grato ao ouvido, nem mais desejável ao desejo, nem superior em excelência. Abrigo a convicção de que, se me detivesse um pouco a falar dele, não seria oneroso aos leitores, tanto pelo fim da cidade de que trabalhamos como pela doçura da paz, ansiada por todos”.

traz, conseqüentemente, a paz interior e a vontade de construir as estruturas, que favorecem a realização da paz exterior. A paz cristã, que resulta de uma vivência ética inspirada no amor, não é conformismo e nem acomodação diante das solicitações do mal, criadas pelo desejo de poder e de vanglória pessoal. A paz, para o Doutor do Amor, supõe uma postura ética de respeito pela pessoa e pelos seus direitos, tendo, como princípio, o reconhecimento da supremacia de Deus. Paradoxalmente, a paz supõe uma luta que começa no interior do homem. A causa dessa batalha, que todo homem trava dentro de si, é a desordem ocasionada pela desobediência do primeiro casal⁴⁰¹. Daí, a razão precisa dominar as paixões, que, continuamente, provocam violência para seguir os princípios apontados pela ética⁴⁰².

O Santo Teólogo afirma que a paz depende da comunhão com Deus, consigo e com o próximo. Sem a concretização dessas três dimensões não se pode viver em paz. Na concepção de Giuseppe Beschin, o Doutor da Paz acredita que a concórdia social está subordinada à reta prática do amor⁴⁰³. Na opinião de Domingo Natal Alvarez, o *ordo amoris* apregoado por Santo Agostinho compreende três maneiras de amar⁴⁰⁴: a primeira consiste em descobrir e amar a presença de Deus no mundo físico e natural, pois toda criação revela o seu poder Criador (Gn 1,31); a segunda diz respeito ao amor que deve reinar entre os homens, Filhos de Deus, criados para viver como irmãos (Jo 13,34); a terceira está relacionada à participação no mistério de comunhão das três Pessoas Divinas, fonte inexaurível de amor, base e sustentáculo da fraternidade universal (Jo 14,21-22). Por isso, a ética agostiniana promove e preserva a paz pessoal e coletiva, ou seja, o acatamento da reta ordem do amor que regula o “uti e frui”⁴⁰⁵. De fato, o *ordo amoris* agostiniano implica na pronta adesão da vontade potencializada em amor, que através do uso dos bens menores busca atingir, unicamente, a fruição

401. Cf. Ibidem XIV,26.

402. Cf. Ibidem XIV,15.2.

403. Cf. BESCHIN, Giuseppe. op. cit., pp.144-145

404. Cf. ALVAREZ, Domingo Natal. El *ordo amoris* en San Agustin. In: AGUSTINIANA, V. XLIX, n.149, Mayo/Agosto, 2008, p.551.

405. De Civ. Dei XI,28: “E provamo-lo, porque nos homens que se amam com maior retidão é mais amado o amor. Na realidade não se chama, com razão, “homem bom a quem sabe o que é bom, mas a quem ama o bom. E porque em nós não sentimos que amamos o amor, graças ao qual amamos quanto amamos de bom”.

em Deus⁴⁰⁶, que por sua vez assegura a paz interior, sem a qual não é possível a concórdia entre os cidadãos. A paz da sociedade passa pela constante subordinação dos seres inferiores aos superiores, até chegar aos ditames da razão sobre as paixões e da criatura ao Criador.

Quando os primeiros pais da humanidade desobedeceram a Deus, o Cosmo e o homem perderam a sua unidade, que se expressava pelo domínio do homem sobre si mesmo e a criação. Desde então, a divisão passou a reinar a partir do interior. Cristo, com a sua cruz, resgatou essa unidade interior que proporcionou a paz a todo gênero humano⁴⁰⁷.

A ética cristã, na visão do Bispo de Hipona, é completa, porque não visa só um aspecto da pessoa, ela abrange integralmente todas as dimensões do ser humano, remetendo para a paz eterna, "Onde Deus será tudo em todos"⁴⁰⁸. O Santo Doutor está convencido que a ética corrobora não só para a paz espiritual, mas também para a social, pois os benefícios do bem da paz não se restringem ao seio da comunidade cristã, mas a todos os homens de boa vontade. De fato, os cristãos sabem que Cristo, pelo mistério da redenção, o único fundamento da paz, é um patrimônio universal⁴⁰⁹. Tendo consciência dessa realidade, os cristãos, segundo nosso Santo Pastor, procuram oferecer seu contributo para a sociedade em que vivem, empenhando-se pelo testemunho da caridade e do perdão, para que a paz se difunda. Na verdade, eles sabem que a concórdia social é um projeto divino e humano, que requer o auxílio da graça do alto e os esforços de toda comunidade⁴¹⁰.

Desse modo, pode-se dizer, como o Serafim da África, que a ética serve aos interesses da paz, quando procura ser fiel às próprias origens do homem, que, continuamente, dá testemunho da sua finitude, mas, ao mesmo tempo, do seu

406.BODEI, Remo. *Ordo Amoris. Conflitti terreni e felicità celeste*. Bologna: Editrice Il Mulino, 1991, p.10.

407. "Ele é a nossa paz: de ambos os povos fez um só"... Ef. 2,14

408. De Civ. Dei XIV,28: "Por isso, naquela, seus sábios, que vivem segundo o homem, não buscaram senão os bens do corpo, os da alma ou os de ambos e os que chegaram a conhecer Deus não o honraram nem lhe deram graças como a Deus, mas desvaneceram-se em seus pensamentos e obscureceu-se-lhes o néscio coração... Nesta, pelo contrário, não há sabedoria humana, mas piedade, que funda o culto legítimo ao verdadeiro Deus, à espera de prêmio na sociedade dos santos, de homens e de anjos, com o fim de que Deus seja tudo em todas as coisas".

409. "Falando pela pessoa de Deus Pai, diz: Sabei que meu servo será sábio e será cumulado de honra e de glória. Como será o assombro para muitos, assim sua beleza e sua glória serão desfiguradas e desonradas pelos homens... O castigo, causa de nossa paz, descarregou sobre Ele e suas contusões curaram-nos. Is 53,1-12; De Civ. Dei. XVIII, 39.1.

410. De Civ. Dei XIX,26.

desejo de infinito. O programa, que a ética agostiniana apresenta, realiza-se no cotidiano que passa pela abertura aos outros, fruto da paz interior e do domínio das paixões mesquinhas, que conduzem à paz social.

3.2

A moral em Agostinho

3.2.1

O conceito de moral

A moral agostiniana está estreitamente ligada aos usos e costumes que se relacionam aos fins dos bens deste mundo e às conseqüências que isto acarreta à vida pessoal e social⁴¹¹. De fato, o Africano registrou, no “*De Civitate Dei*” algumas virtudes, inclusive de cunho cívico, praticadas pelos romanos, que enaltecera e glorificaram o Império, como: o amor à pátria, o apreço pela honra e o desejo de liberdade⁴¹². Mesmo movidos pela ânsia de glória e de domínio, eles conseguiram, pelo esforço e a perseverança, o crescimento político e econômico do Império⁴¹³. Nosso Autor até chega à conclusão de que a prática destas virtudes teve o reconhecimento de Deus, o aplauso e o elogio de diversos povos da história.

“Por todas essas artes, como que por verdadeiro caminho, aspiram às honras, ao mando e a glória”. Foram honrados em quase todas as nações e impuseram as leis de seu Império a muitos povos. E hoje em dia gozam de glória nos livros e nas histórias e em quase todo mundo. Já não tem por que queixar-se da justiça do Deus Verdadeiro e Supremo: receberam seu galardão”⁴¹⁴.

Para o Santo Africano, só vive, moralmente, de modo perfeito, quem procura atingir o Bem Supremo. Por isso, segundo ele, os romanos, embora tenham sido louváveis pelo exercício das virtudes, sobretudo cívicas, cometeram um erro moral ao sobrepor os bens mutáveis ao Imutável⁴¹⁵. O Santo Africano

411. Ibidem VIII,10.2: “... É moral ou ética, a que trata dos costumes e dos fins dos bens que devem ser apetecidos e dos males que devem ser evitados....” Ibid., VIII, 10.2.

412. Cf. Ibidem. V, 15.

413. Cf. Ibidem., V, 12.2.

414. Ibidem. V, 16.

415. Ibidem VIII,8: “Muitos, amando o que não se deve amar, são miseráveis; e mais miseráveis ainda, quando dele gozam. Contudo, ninguém é feliz, se não goza do que ama. Isso, porque os mesmos que amam as coisas que se não deve amar, não se julgam felizes, amando-as, mas gozando-as. Não é feliz, por conseguinte, quem goza do que ama e ama o verdadeiro e soberano bem? Não é o cumulo da miséria negá-lo? Ora, o verdadeiro e soberano bem é Deus mesmo”...

acredita que a virtude por excelência é conhecer e imitar a Deus⁴¹⁶. Essa verdade, para ele já estava presente nos escritos de Platão, quando este intuiu que o próprio fim do bem é viver de acordo com a virtude.

“Basta, no momento, dizer que Platão estabeleceu que o fim do bem é viver de acordo com a virtude, o que pode conseguir apenas quem conhece e imita Deus, e que tal é a única fonte de sua felicidade”⁴¹⁷.

A virtude, que consiste no amor do Sumo Bem⁴¹⁸, é fim para o qual os homens tendem nesta vida, ainda que, por vezes, não tenham consciência, como no caso do povo romano. Para eles, a prática das virtudes patrióticas tinha apenas o desejo imediato de grandeza e poder. No entanto, era expressão de um anseio íntimo e profundo presente em todo gênero humano, de gozar do Bem Superior e Eterno, origem e causa de todos os bens.

A moral do Pastor de Hipona está plenamente vinculada ao problema da felicidade⁴¹⁹. Desse modo, o caminho que o homem percorre, através da via virtuosa, tem, como meta, a felicidade. Esta, segundo o Sábio Pastor, não se reduz à posse dos bens deste mundo e nem, muito menos, aos prestígios de glória humana, mas em viver amando a Deus como Fim Supremo da vida. Por isso, a virtude, para o Santo Teólogo é o amor perfeito de Deus⁴²⁰, cujas centelhas já se começa a vislumbrar aqui, neste exílio, e terá a sua plenitude na eternidade. Desse modo, vê-se que o conceito de vida virtuosa, no Santo Pastor, difere dos estóicos, pois estes pensavam que a virtude era algo completamente imanente à alma, incapaz de transcendê-la. Para Nosso Autor, paz e virtude andam juntas, pois a paz é um bem do homem e a vida virtuosa tende ao fim em que reside o bem que não pode ser outro senão o próprio Deus.

416. Cf. Ibidem.

417. Ibid. VIII, 7.

418. De Mor. Eccl. Cath. I, 15.25. In: Polemica con i Manichei, V. XIII/1, Roma, Città Nuova, 1997: “Quod si virtus ad beatam vitam nos ducit, nihil omnino esse virtutem affirmaverim nisi Summum amorem Dei”.

419. Cf. De Civ. Dei, . IV, 21.

420. Ibidem X, 1: Neste ponto, Santo Agostinho discorda dos platônicos, porque segundo ele, a felicidade verdadeira é eterna e a doutrina platônica mostra-se incapaz de garantir uma felicidade duradoura, pois nesta vida a alma é prisioneira do corpo, por isso não pode ser feliz. O Hiponense não afirma que não se possa ser feliz neste mundo. Ele só insiste que a realização definitiva do ser humano só será na eternidade. Platão também não afirmou que a causa e o fim da beatitude da alma é Deus.

3.2.2

A humildade e o amor reto: fundamentos da moral

Para Bernard Roland-Gosselin⁴²¹, o Pastor Africano crê que a humildade é o fundamento da vida moral, pois a função desta é ajudar o homem a conhecer a vontade de Deus, obedecer e a pôr em prática. Nisto consiste a felicidade do ser humano que constitui, para o Águia de Hipona, a própria perfeição⁴²². Na verdade, a teologia moral do Doutor da Graça gira em torno da busca de Deus. O finito que anseia pelo infinito. Todavia, o homem precisa sair de si mesmo, reconhecer que sozinho é incapaz de encontrar o sentido de sua existência, necessita de Deus, do auxílio de sua graça⁴²³. O espírito de auto-suficiência, segundo Agostinho, incita a pensar que o ser humano deve contentar-se apenas com sua finitude⁴²⁴. Por isso, o Santo Teólogo afirma que o orgulho é inimigo da autêntica vida moral, pois despreza Deus do horizonte humano desencadeando a confusão e a desordem no gênero humano. Após o itinerário da sua conversão, o Teólogo da Paz irá insistir sobre a necessidade de ordenar o amor, para que se possa alcançar a verdadeira felicidade⁴²⁵. A experiência do amor de Deus libertou o Filho de Mônica da sua maneira inversa de amar. Ele, da adolescência à idade adulta, vivera imerso nas coisas inferiores, antepondo-as às superiores, cujo ápice era Deus. Por isso, o Santo de Hipona chega a compreender que a paz depende sempre do direcionamento que se dá ao amor⁴²⁶. Aliás, na Cidade de Deus, o Teólogo da África menciona que a vontade é má, quando despreza o Sumo Bem: “Quando a

421. Cf. ROLAND-GOSSELIN, Bernard. Les Fondements de la morale de Saint Augustin. In : MELANGES AUGUSTINIENS, Paris, Editeur Marcel Rivière, 1931, p. 202-203.

422. De Doct. Christ I, 22.21: “Tunc est quippe optimus homo, cum tota vita sua pergit in incommutabilem vitam et toto affectu inhaeret illi. Si autem se propter se diligit, non se refert ad Deum, sed ad seipsum conversus non ad incommutabile aliquid convertitur”.

423. Cf. Epist., 155, 4.13.

424. De Civ. Dei, XIV, 13.1: “O homem não foi, em sua queda, reduzido ao nada absoluto, mas, voltado para si mesmo, seu ser veio a ser menos do que quando estava unido a Quem é em sumo grau. Ser em si mesmo, ou melhor, comprazer-se em si mesmo, abandonando a Deus, não é ser nada, mas aproximar-se do nada. Por isso, nas Sagradas Escrituras, aos soberbos também se lhes denomina, dizendo serem os que se comprazem em si mesmos. é bom ter no alto o coração, não elevado a si mesmo, o que é privativo da soberba, mas ao Senhor, o que é próprio da obediência, exclusiva dos humildes”.

425. Ibidem XV, 22: “O Criador, se é realmente amado, isto é, se é amado Ele e não outra coisa em seu lugar, não pode ser mal amado. O amor, que faz com que a gente ame bem o que deve amar, deve ser amado também com ordem; assim, existirá em nós a virtude, que traz consigo o viver bem. Por isso, parece-me ser a seguinte a definição mais acertada e curta de virtude: A virtude é a ordem do amor. Eis por que a esposa de Cristo, a Cidade de Deus, canta no Cântico dos Cânticos: Ordenai em mim a caridade”.

426. In Ion. Epist, op. cit., II, 14: “Ubi autem caritas, ibi pax, et ubi humilitas, ibi caritas”.

vontade, abandonando o superior, se converte às coisas inferiores, torna-se má, não por ser mau o objeto, mas por ser má a própria conversão”⁴²⁷. Essa citação atesta que o livre arbítrio é o princípio da moral interior, já que é dentro do homem que a sua capacidade de escolher é posta à prova. Cotidianamente, coloca-se, diante de cada ser humano, um quadro de coisas ou objetos, que, em si, são bons, contudo não deixam de ser inferiores. Alguns homens, porém, atraídos pelas aparências, valorizam, excessivamente, estes bens perecíveis, chegando ao extremo de abandonar o Bem Supremo: Deus.

Na base da teologia moral agostiniana, encontram-se duas formas de amor, que o Hiponense classifica como: “amor menor” e “amor maior”. O “amor menor” é aquele dirigido para os bens mutáveis como os alimentos, o vestuário, o ouro e a prata. Estes são bons em si mesmos, porque foram criados por Deus, porém têm valor relativo ou médio. Daí, o uso que se deve fazer deles nunca poderá tornar-se abusivo. Esses bens precisam ser amados e utilizados com moderação. “Amor Maior”, para o nosso Santo Doutor, consiste em reconhecer a primazia de Deus, ou seja, amá-lo acima de tudo e de todos. A teologia moral de Santo Agostinho tem, como fio condutor, a supremacia do amor a Deus. De fato, só em Deus e por Deus se ama verdadeiramente, pois Ele é a fonte do amor⁴²⁸. Segundo o estudioso Roberto Noriega Fernández, o Doutor Africano tem a convicção de que essa é a ordem natural do amor, reflexo visível do amor trinitário⁴²⁹. Natural, porque foi estabelecida por Deus desde o princípio e trinitária, porque é uma participação na comunhão de amor que existe na Santíssima Trindade.

O fim da teologia moral para o Sábio Pastor é recuperar a imagem da Trindade presente no ser humano, cuja essência é o amor⁴³⁰. O homem perdeu o senso e a direção do amor, quando se afastou de Deus, Amor por Excelência, e passou a amar desordenadamente, tornou-se incapaz de um amor autêntico. Por isso, que o Doutor da Trindade insiste que a moral cristã consiste na recuperação da semelhança e da estrutura da Vida Trinitária. Assim como o Pai, o Filho e o

427. De Civ. Dei, XII,6.

428. Epist., 155,3.15. “Videlicet ut intellegeretur nullam esse aliam dilectionem qua quisque diligit seipsum, nisi quod diligit Deum. Qui enim aliter se diligit, potius se odisse...”

429. FERNANDEZ, R. Noriega. Los Fundamentos agustinianos de la moral en la ciudad de Dios. In: AGUSTINIANA, V. XLVII, n.143, Mayo/Agosto,2006,p.222-223.

430.Cf. De Civ. Dei, XI,28.

Espírito Santo vivem numa contínua doação recíproca, o homem torna-se, cada vez mais, pessoa livre e responsável na medida em que se doa sem reservas ao serviço do próximo⁴³¹. Desse modo, para o Nosso Autor, a moral cristã é uma participação na beleza de Deus. Todavia, essa visão da moral, como beleza, não deixa Santo Agostinho indiferente diante dos males sociais⁴³². Desse modo, pode-se dizer que a Santíssima Trindade é a fonte e a razão de toda a teologia moral agostiniana, pois se parte da certeza, que somente deixando-se conduzir pelo espírito de amor e doação presente na comunidade Trinitária, o homem pode reencontrar a harmonia e a beleza que possuía antes do pecado⁴³³. A moral agostiniana ensina que, somente em Cristo, Verbo feito carne, a ordem do amor pode ser restaurada⁴³⁴. Porém, o agir do Verbo supõe a colaboração da criatura que precisa abrir-se aos efeitos da graça divina.

Em resumo, a moral agostiniana implica humildade, reconhecer que só Deus pode proporcionar a realização do homem⁴³⁵. Na realidade, somente o Espírito Santo pode agir no íntimo do ser humano e infundir caridade e os dons sobrenaturais, que auxiliam a natureza decaída na prática das boas obras⁴³⁶. O amor de Deus purifica e reintegra o amor humano, preservando-o das falsas promessas de felicidade da concupiscência. A caridade ordenada é a base e a meta da moral cristã. Quem deseja amar o próximo de modo autêntico deve, necessariamente, seguir as inspirações do Espírito de Deus que, continuamente move o coração e a mente daqueles, que a Ele se confiam. Para o Doutor da

431.Cf. VIDAL, Marciano. La Trinidad: origen y meta de la moral cristiana. En las huellas de San Agustin y San Buenaventura. In: MORALIA, V. XXX, n. 113-116, 2007, p. 76.

432.De Civ. Dei, II,2: “Com efeito, Roma, fundada e engrandecida pela coragem dos ancestrais, haviam-na feito, na grandeza, mais horrenda que na queda. Não passa agora de ruína de madeira e pedras, mas na vida deles a beleza moral é que se desmoronou; o coração ardia-lhes de paixões mais funestas que as chamas que lhes devoraram os tetos”.

433.De Ver. Rel., XXIX,72: Quid igitur restat, unde non possit anima recordari primam pulchritudinem quam reliquit, quando de ipsis suis vitiis potest? Ha enim Sapientia Dei pertendit usque in finem fortiter. Ita per hanc summus ille artifex opera sua in unum finem decoris ordinata contexuit. Ita illa bonitas a summo ad extremum nulli pulchritudini, quae ab ipso solo esse posset, invidit; ut nemo ab ipsa veritate deiciatur, qui non excipiat ab aliqua effigie veritatis”.

434. De Civ. Dei, IX, 21.

435. Cf. Nota 424: “Próprio da humildade (coisa maravilhosa!) elevar o coração, e exclusivo da soberba abaixá-lo. Ao parecer, é paradoxo que a soberba desça e a humildade suba. Mas acontece que a humildade piedosa nos submete ao Superior e nada há superior a Deus; por isso, a humildade que nos submete a Deus exalta-nos...”

436. Epist., 157, 2, 4: “Plenitudo quippe legis non est nisi caritas; et utique caritas Dei diffusa est in cordibus nostris, non per nos ipsos, nec viribus propriae voluntatis, sed per Spiritum Sanctum qui datus est nobis”.

Trindade, o amor é a plenitude da moral, sem ele a observância da lei não tem sentido e os esforços, para pô-la em prática, são inúteis⁴³⁷.

3.2.3

O “amor sui” e o “amor dei” na perspectiva da paz

Segundo o Nosso Autor, a humanidade vive sob a tensão de duas vontades⁴³⁸: uma de caráter e conotação, essencialmente, intimista e interesseira; e outra, profundamente, marcada por um senso oblativo e comunitário. Na verdade, são duas maneiras de amar distintas que, por sua vez, são responsáveis pela paz ou pela discórdia na sociedade⁴³⁹.

No *De Civitate Dei* e no *De Gênesis ad Litteram*, o Doutor Africano descreve, nitidamente, as características desses dois amores⁴⁴⁰. O amor sui impede a concórdia social, pois impele e conduz os membros da sociedade somente pela via do individual e do egocentrismo soberbo. Por isso, recebe o nome de amor privado, porque reduz o horizonte humano apenas ao âmbito pessoal, despreza a dimensão da comunhão com Deus e com o próximo. Daí, surgem os conflitos e as divisões na sociedade, que dificultam a implantação da paz. A rejeição do amor Dei ocasiona o surgimento de todas as calamidades da história, inclusive as guerras que assolam a vida dos povos.

Para o Sábio de Hipona, o *amor Dei* é o único caminho que o homem deve escolher para salvaguardar e restaurar a paz e o justo convívio na sociedade. Do amor Dei ou amor social brota o interesse pelo bem comum que promove a comunhão e a unidade. Amando a Deus e, Deus, no próximo⁴⁴¹, o ser humano passa a viver para os seus semelhantes, pois esse amor realiza a união entre o individual e o social⁴⁴². Assim, o *amor Dei* contribui para a concretização da paz, porque, segundo o Doutor da Graça, está enraizado em Deus e não em si mesmo.

437.Cf.ARMAS, Gregório. La moral de Santo Agustin,Madrid, Talleres del Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazon de Jesus,1954, p. 38-39.

438. Cf. Nota 174.

439. Cf. ARMOGATHE, Jean-Robert., op. cit., p.42.

440. Cf. Nota 408; De Gen. Ad Litteram. XI, 15. 20. In: La Genesi, V. IX/2, Roma, Città Nuova,1989.

441.Cf. BREZZI, Paolo. Individuo e Comunità Nella Tradizione Cristiana antica. In:Città di Vita, Anno XVIII, n.3, Magg/Jun, 1963. p.153.

442.Cf. COSTA NUNES, M. Roberto. Santo Agostinho e o Surgimento do Individualismo na Cultura Ocidental. In:CADERNOS DO CTCH, V. 1, n.1, 1997, pp.71-91.

O amor humano, no pensamento de Nosso Autor, só é gratuito e generoso, quando é inspirado e guiado pelo amor Divino. A paz só é possível, quando se busca o verdadeiro bem-estar de todos e se vencem o desejo de poder e vanglória pessoais. O Doutor Africano tem consciência de que alguém pode instrumentalizar o ideal do bem comum para o seu próprio benefício, favorecendo assim não os interesses da sociedade, mas para atingir fins particulares. Por isso, o Santo Pastor, repetidamente, adverte que se deve viver e agir segundo Deus e não de acordo com o homem⁴⁴³. Para Santo Agostinho, vive, segundo Deus, quem reconhece seus próprios limites e recorre a Ele, porque sabe que só Nele se encontra o sentido da vida. Vive, segundo os homens, quem despreza a Vontade de Deus. Esquece sua condição de criatura e usurpa o Senhorio de Deus sobre a criação. Na doutrina agostiniana, quem vive desse modo caminha na mentira e afasta-se da paz, pois, Deus é o único que pode saciar a sede inquietante de paz, que pulsa em todo gênero humano.

Na visão do Hiponense, o amor *sui* é uma fraude e um engano fruto da soberba e da vaidade humana, originado da rebelião da criatura contra Criador. O homem foi criado não para amar a si mesmo, vivendo como se não existisse o amor de Deus e, por conseguinte, utilizando o próximo como meio para a realização de seus projetos mesquinhos e inescrupulosos. A verdadeira vocação do homem é, em Deus e por Deus, amar todas as criaturas. A insubordinação a Deus e a rejeição de seu amor, que tem início no coração do homem, roubam a paz e a unidade interior, gerando as injustiças e as guerras⁴⁴⁴. Desse modo, o *amor sui* semeia o ódio e a divisão do tecido social, sendo considerado inimigo da paz. Nosso Autor apregoa que somente o amor Dei, que Cristo veio reavivar, purificar e sanar, pode curar a humanidade das nefastas conseqüências do *amor sui*⁴⁴⁵.

443. Cf. De Civ. Dei XIV,4.

444. Cf. Nota 401.

445.Cf. ALVAREZ, Turienzo, Saturnino. San Agustín la concórdia.In: CONCORDIA, n.2, 1982, p. 34.

3.2.4

A moral a serviço da paz

Quando o Santo Teólogo disserta sobre o fim da moral, ele remete com frequência para o Soberano Bem, que se identifica com Deus⁴⁴⁶. A felicidade do homem consiste em viver unido a Deus nesta vida e na eternidade. No entanto, em nenhum momento, o Pastor da África nega a possibilidade de usufruir da felicidade na cidade terrena, ainda que ela só seja definitiva na pátria celeste⁴⁴⁷.

O ser humano tende, naturalmente, para a paz. Ela é um desejo intrínseco ao homem⁴⁴⁸. Partindo desse dado ontológico, a moral agostiniana procura oferecer alguns critérios para que a paz seja alcançada. De fato, a terceira parte da moral, que Santo Agostinho classifica como racional, ocupa-se em distinguir o verdadeiro do falso⁴⁴⁹. Segundo o Sábio Teólogo, através da Inteligência, dom de Deus, o homem pode, iluminado pela fé, alicerçar sua vida moral sobre princípios racionais⁴⁵⁰. Desse modo, a moral serve à causa da paz, quando apresenta os usos e costumes de tal forma, que eles não desviem os membros da sociedade do fim último para o qual foram criados, que é fruir do Sumo-Bem⁴⁵¹. Portanto, a moral não pode deixar de visar à realização concreta da existência humana, ajudando o ser humano a tomar consciência do princípio interior, que deve reger e iluminar o agir do homem e que está impresso no âmago de cada homem: “Evita o mal e faz o bem”⁴⁵². A autêntica paz jorra da aplicabilidade desse ditame moral, pois, na verdade, quem procura o bem do outro, supera o mal do egoísmo e se torna arauto da concórdia e da paz.

Para o Santo Africano, a prática dos bons costumes contribui para a realização da paz na sociedade, pois, através deles, o homem se une ao Sumo Bem, origem de todos os bens sociais, inclusive da paz. Moral e paz estão alicerçadas sobre a mesma base que é o reconhecimento de Deus, Sumo Bem. Por isso, a moral se ocupa dos hábitos e costumes do homem na sua dimensão pessoal

446. Cf. De Civ. Dei. VIII, 3.4.

447. Ibidem VI, 12.

448. Cf. COTTA, Sérgio. Guerra e pace nella filosofia di S. Agostino. In: Atti del Congresso Internazionale su L'umanesimo di Sant'Agostino, Bari, 1986, p. 137.

449. Cf. De Civ. Dei VIII, 10.

450. Cf. GOSSELIN-ROLAND, Bernard., op. cit., p. 191.

451. Cf. ROHMER, Jean. La finalité morale chez les théologiens de Saint Agustin à Duns Scot. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1939, p. 7.

452. De Civ. Dei XIX, 14.

e comunitária, auxilia estes para que utilizem os bens deste mundo de modo justo e ordenado, afim de que os mutáveis não sejam considerados superiores ao Imutável. Deus é o único Bem em si que pode fazer os homens felizes. E o fruto dessa vivência moral é a paz. Por isso, a moral agostiniana reclama sempre do homem maturidade e equilíbrio no uso da liberdade diante da criação. Sem o domínio da razão sobre as paixões, nunca haverá paz, nem interior e nem exterior, pois a vivência da moral, que, para Nosso Autor, é o *ordo amoris*, é imprescindível no processo de aquisição da paz. Desse modo, Santo Agostinho reforça que, assim como os bons usos e costumes corroboram em prol da paz, os maus usos e costumes constituem uma inversão do *ordo amoris*, acarretam as guerras e os infortúnios para a humanidade. O Doutor da Graça defende que nenhuma cidade pode manter-se por muito tempo de pé, se não estiver fundada sob costumes morais sólidos e verdadeiros⁴⁵³.

3.3

A Tranquilitas Ordinis

3.3.1

A lei natural e a paz

A lei natural, para o Doutor da Concórdia, corresponde a um conjunto de princípios e normas que expressam a lei eterna no espírito do homem⁴⁵⁴. O fim desses princípios, segundo o Santo Bispo, é a conservação da ordem⁴⁵⁵. Essa concepção provém da filosofia de Cícero⁴⁵⁶. Porém, diversamente do célebre orador romano que acreditava que a lei natural procedia unicamente do homem, o Águia de Hipona defende que a lei natural está radicada em Deus, já que toda a criação, incluindo a natureza humana, depende exclusivamente da participação no ser de Deus.

453.Ibidem II,16:“Assim, males da alma, desregramento da vida, contagio morais, flagelos de tal modo terríveis que, no testemunho das pessoas mais sábias do paganismo, arruinam as cidade cujos muros permanecem de pé, esses deuses pouco se incomodam com deles preservar seus adoradores; longe disso, trabalham, como já dissemos, em agravá-los ainda mais”.

454.De Lib. Arb. I,6.15: “É a noção da lei Eterna que foi impressa em nós. A lei através da qual é justo que todas as coisas estejam num ordenamento perfeito”.

455.Cf. Con Faust XXII, 27. In: Contra Fausto Manicheo, V.XIV/1, Roma, Città Nuova, 2004.

456.Cf. CERVINO JUAN, A. Delgado. Ley y Naturaleza en San Agustín.In: CIUDAD DE DIOS, V.209, n.3, Sep/Dic,1996,p.602.

No pensamento do Sábio Teólogo, o princípio fundamental, sobre o qual se apóia a lei natural, é a adesão aos ditames da razão. Através do exercício da racionalidade, o homem vive plenamente sua humanidade⁴⁵⁷. Da razão natural, brotam o amor pela verdade e pela ordem. Segundo esta maneira de pensar, a lei natural é um imperativo da justiça, que se manifesta nas diversas dimensões da vida humana, inclusive no aperfeiçoamento das relações sociais⁴⁵⁸. De fato, na visão do Santo Bispo, a lei natural é uma expressão da lei eterna no Cosmo e que objetiva ordenar toda a criação, ou seja, é uma norma divina. Seu fim, é manter a ordem estabelecida por Deus no universo e a sua preservação⁴⁵⁹. Ela focaliza, sobretudo, a Deus como princípio e origem do mundo e os dados da revelação bíblica. Desse modo, o Santo Doutor acredita que a lei natural está disposta por Deus como uma aliada do ser humano na missão de administrador do universo⁴⁶⁰. O domínio outorgado por Deus ao homem, sobre o mundo, só poderá concretizar-se no consentimento à lei natural. Ela é invariável, universal e suprema⁴⁶¹. O seu caráter imutável procede de Deus, que não está sujeito às mudanças dos tempos e costumes⁴⁶². A lei natural é universal, porque está impressa em todo gênero humano, independentemente da raça e da cultura⁴⁶³. Sendo assim, não está restrita e nem se limita a um determinado povo ou nação⁴⁶⁴. Recebe a conotação de suprema, porque tem a sua origem em Deus, Soberano Juiz e Legislador do universo, ao qual todos devem aderir sem restrições, pois, diante dEle, todas as normas individuais ou coletivas têm uma importância relativa.

Na perspectiva da paz agostiniana, a lei natural é fundamental. A *tranquilitas ordinis* é adquirida somente, quando se tem em conta as prerrogativas

457.Cf. CAMPELO, Moisés Maria., op. cit.,p.460.

458.Cf.PIZZORNI,Reginaldo.Sulla Questione della Legge Naturale in Lattanzio, Ambrogio e Agostinho.In: Atti del Incontro di Studiosi dell'antichità christiana, Roma, 1995, pp. 367-368.

459.De Nat. et Grat. II,2.In: Natura e Grazia, V. XVII/1, Roma, Città Nuova,1981.“Ex hac igitur ineffabili atque sublimi rerum administratione, quae fit per Divina Providentiam, quae transcripta est naturalis Lex in animam rationalem, ut in ipsa vitae huius conversationem moribusque terrenis nomine talium distributionum imagine servent”.

460.Cf. BLAZQUEZ, Niceto. La Ley y el Derecho Natural en San Agustín. In: STUDIUM,V.2 1984, pp. 278-279.

461.Cf. Conf. III, 7. 13

462.De Civ. Dei XII,5: “Todas as naturezas tem, como ser, seu modo, espécie e certa paz própria e, por isso, são boas. E, quando estão colocadas onde a ordem exige,conservam o ser que receberam. As que não receberam ser permanente melhoram ou pioram, segundo a usança e movimento das coisas a que se encontram sujeitas por lei de criação, tendendo sempre por Providencia Divina ao fim que leva em si a razão do governo do universo”.

463. De Trin. VIII,6,9.

464.Cf. PIZZORNI, M. Reginaldo. Diritto naturale in S. Agostino. In: APOLLINARIS, V.LVII, n.3-4, 1984, p. 516-546.

do ordenamento do universo. Desse modo, é justo considerar a ordem na criação como um pressuposto da paz⁴⁶⁵. Essa tranquilidade da ordem, tão enfatizada pelo Teólogo de Hipona, é a paz de todas as coisas, ou seja, a ordenada disposição dos seres inferiores e superiores, dos iguais e dos diferentes, nos seus devidos lugares. Por isso, convém falar de uma justiça ontológica. Com efeito, partindo-se da análise do corpo humano, nota-se uma predisposição para a paz através de uma extraordinária articulação dos diversos membros que o compõe. Assim, também, toda criação tende para a unidade, destino natural que, no pensamento de Santo Agostinho, significa justiça, pois o Cosmo foi criado e anseia pela sua harmonia original⁴⁶⁶. Neste sentido, a injustiça é desarmonia, não corresponde ao desígnio de Deus, que tudo ordenou para a justa conservação do universo. O Águia de Hipona acredita que a paz está radicada na natureza do homem e o seu estado primitivo também era harmonioso⁴⁶⁷. Havia uma perfeita unidade, tanto interior, quanto exterior⁴⁶⁸. Seguindo esta linha, Nosso Autor afirma que a paz só pode ser alcançada pela reordenação interna do homem. Esta deve prescindir qualquer sistema de governo, pois este só é eficaz, quando procede, ou ao menos estimula, a reconquista daquela unidade que deve reinar no homem e no Cosmo. Assim, como a lei natural, a paz é um ditame e um desejo universal arraigado na natureza humana, que não exclui nenhum aspecto da criação. A atitude de acatar a lei natural é uma via, através da qual, se chega à paz⁴⁶⁹. De fato, os princípios da lei natural foram estabelecidos por Deus como garantia de segurança e paz.

3.3.2

Os diversos graus da paz em Agostinho

Os graus da paz agostiniana, para serem bem compreendidos, exigem que se conheça em que consiste a ordem. No *De Ordinis*, o Doutor da Graça retoma a definição formulada por Lincenzio. Este afirmava que ordem é o princípio que

465. Cf. *De Civ. Dei* XII,3.

466. Cf. CAMPELO MARIA, Moisés., op. cit., p.437.

467. *Ibidem* p.447.

468. Cf. nota 465.

469. *De Civ. Dei* XII,21.

move tudo em direção ao fim estabelecido por Deus⁴⁷⁰. Esta noção de ordem está, perfeitamente, exposta no seguinte trecho da Cidade de Deus:

“Deus onipotente e uno, Autor e Criador de toda alma e de todo corpo, fonte de felicidade de quem quer que seja feliz em verdade e não em vaidade, que fez o homem animal racional de corpo e alma..., que a bons e maus deu o ser com as pedras, vida seminal com as árvores, vida sensitiva com os animais e vida intelectual com os anjos apenas, de quem procede toda regra, toda beleza, toda ordem, de quem promana a medida, o numero e o peso, de quem procede tudo quanto naturalmente é, seja qual for seu gênero e seja qual for seu valor, de quem procede o germe das plantas, a forma dos germes e o movimento dos germes e das formas, que também deu à carne origem, beleza, compleição, fecundidade de propagação, disposição de membros, saúde e harmonia, que à alma irracional deu memória, sentido e apetite, e à racional, além disso, tudo, inteligência e vontade, que não deixou sem conveniência de partes e sem uma espécie de paz o céu e a terra, o anjo e o homem, e mesmo a estrutura interna do mais vil animalzinho, a asinha da ave, a florzinha da erva, uma folha de árvore, de nenhum modo é crível que Deus quisesse ficassem alheios às leis de sua Providencia”⁴⁷¹.

No capítulo treze do livro XIX do *De Civitate Dei*, o Hiponense apresenta um extraordinário panorama dos diversos graus da paz⁴⁷². O primeiro grau da paz comporta a harmonia de todos os membros do corpo humano e de suas funções e a satisfação das necessidades vitais de todos os seres vivos como: a fome, a sede, a roupa, a saúde e habitação⁴⁷³. Assim, um homem curvado é, para o Águia de Hipona, uma imagem palpável da desordem e do desequilíbrio⁴⁷⁴, pois fere a ordem estabelecida por Deus. Outro exemplo seria alguém suspenso pelos pés e de cabeça para baixo. Ambas situações, para o Pastor de Hipona, trata-se sempre

470. “Ordo est, iniquit, per quem aguntur omnia quae Deus constituit”. De Ord. I, 10.28.

471. De Civ. Dei V, 11.

472. Ibidem XIX,13.1: “Assim, a paz do corpo é a ordenada complexão de suas partes; a da alma irracional, a ordenada calma de suas apetências. A paz da alma racional é a ordenada harmonia entre o conhecimento e a ação, a paz do corpo e da alma, a vida bem ordenada e a saúde do animal. A paz entre o homem mortal e Deus é a obediência ordenada pela fé sob a lei eterna. A paz dos homens entre si, sua ordenada concórdia. A paz da casa é a ordenada concórdia entre os que mandam e os que obedecem nela; a paz da cidade, a ordenada concórdia entre governantes e governados. A paz da cidade celeste é a ordenadíssima e concordíssima união para gozar de Deus e, ao mesmo tempo, em Deus. A paz de todas as coisas, a tranqüilidade da ordem”.

473. Ibidem: XIX,13.2: “O que é necessário à manutenção ou à recuperação dessa paz, como, por exemplo, os elementos na conveniência e no domínio de nossos sentidos, a luz visível, o ar respirável, a água potável e tudo quanto serve para alimentar, cobrir, curar e adorar o corpo...”

474. Ibidem XIX,4.2: “Quando adequados e próprios, também o equilíbrio e o movimento do corpo se contam entre os princípios da natureza. Que sucederá, porém, se alguma indisposição faz os membros tremerem? Que sucederá, se a espinha dorsal se curva a ponto de o homem, transformando-se em quadrúpede, arrastar as mãos pelo solo”.

de um estado antinatural⁴⁷⁵. Também, quando as leis da natureza não seguem seu curso, como no caso simples da decomposição dos cadáveres, a paz se torna impossível⁴⁷⁶.

A alma irracional só goza de paz, quando vive nutrida e tem sua sede saciada, quando pode superar os efeitos excessivos do frio ou do calor. Na concepção do Bispo de Hipona, esta verdade é confirmada pela tendência das feras de fugir das dores e incômodos, do corpo, tal como entre os seres humanos⁴⁷⁷. “Porque a paz da alma irracional é impossível sem a paz do corpo, pois não pode conseguir a quietude de suas apetências”⁴⁷⁸. Assim, a paz do corpo corrobora para a paz da alma. Quando o corpo vive inquieto pelas dores, ou suas exigências naturais não são satisfeitas, é impossível a articulação de suas diversas funções que lhe proporcionam harmonia e paz.

O segundo grau da paz, focalizado por Santo Agostinho, visa o homem na sua singularidade. Nos seres racionais, não basta satisfazer as necessidades materiais. É preciso a integração entre o pensamento e a ação. O Homem tem inteligência que requer uma coerência entre o conhecimento e o agir. Nosso Autor assegura, no entanto, que o ser humano, para encontrar a Verdade e conservar a ordem, precisa da luz e do beneplácito divino⁴⁷⁹. O Teólogo do Amor acredita segundo Remo Piccolomini⁴⁸⁰, que, sem auxílio do alto, o ser humano permaneceria apenas na perspectiva da matéria, sujeito ao erro e a falsidade de seus raciocínios. Por isso, o Pastor de Hipona afirma que a paz do homem mortal com Deus se realiza através da obediência aos princípios que emanam da lei Suprema. Paradoxalmente, esta paz implica em uma guerra continua da carne contra o espírito e do espírito contra a carne. Este combate teve início, segundo

475. Ibidem XIX,12.3: “A situação do corpo e a ordem dos membros são antinaturais, porque invertida a ordem exigida pela natureza, estando em cima o que naturalmente deve estar embaixo. Semelhante desordem perturba a paz do corpo e por isso é molesta”.

476. Ibidem: “Se o embalsamam, de sorte que se impeça a dissolução do cadáver, certa paz une-lhe as partes entre si e faz todo o corpo buscar o lugar terreno e conveniente e, por conseguinte, pacífico. Mas, se não o embalsamam e fica entregue ao curso ordinário da natureza, estabelece-se combate de vapores contrários que nos ofendem o sentido. É o efeito da putrefação, até unir-se aos elementos do mundo e reentrar em sua paz, peça a peça e pouco a pouco. Dessas transformações nada se subtrai às leis do Supremo Criador e Ordenador, que governa a paz do universo”.

477. Ibidem nota 473: “Assim como os animais mostram amar a paz do corpo, quando se esquivam da dor, e da paz da alma, quando, para satisfazerem suas necessidades, seguem a voz de suas apetências, assim também, fugindo à morte, indicam às claras quanto amam a paz, que liga a alma e o corpo”.

478. Ibidem.

479. De Civ. Dei VIII, 3.

480. PICCOLOMINI, Remo., op. cit., p.118.

Agostinho, quando a criatura usou sua liberdade de modo arbitrário, perdendo o domínio de si. A respeito dessa realidade ele afirma:

“Semelhante guerra não teria lugar, se, usando do livre-arbítrio, o homem tivesse se conservado na retidão em que foi criado. Agora, o homem feliz que se negou a conservar-se em paz com Deus luta, infeliz consigo mesmo e, apesar de miserável esse mal, é melhor que sua vida anterior. Melhor é combater os vícios que deixar-se dominar sem choque algum. Melhor é, digo, a guerra com a esperança da vida eterna que o cativo sem esperança de liberdade. Verdade é que ansiamos ver-nos também livres dessa guerra e nos abramos no fogo do amor divino por conseguir essa ordenadíssima paz que consigo traz estabilidade e a submissão do inferior ao superior. Mas, embora (não permita Deus) não esperássemos tamanho bem, a ceder aos vícios e arrojar-nos em seus braços deveríamos sempre preferir o combate, apesar de duro”⁴⁸¹.

Dessas palavras, depreende-se que a paz supõe, em primeiro lugar, a submissão do homem a Deus. Segundo o Doutor da Graça, esta é uma condição imprescindível para que o ser humano readquira o controle sobre si e a paz. Ela é concedida somente ao homem redimido por Cristo⁴⁸². Assim, no pensamento agostiniano, quem vive unido a Deus, pelos laços do amor e da obediência, pode dizer que já desfruta de paz, ainda que esta não esteja, completamente, isenta de luta, como ele deixa entender quando diz:

“Porém, a paz, privativa de nós, aqui e com Deus a gozamos pela fé e eternamente a desfrutamos com Ele pela visão clara. Aqui, a paz, tanto a comum como a privativa de nós; é mais consolo de nossa miséria que gozo de nossa ventura. Nossa própria justiça, embora verdadeira, quando a referimos ao supremo bem, é tal nesta vida, que antes consiste na remissão dos pecados que na perfeição das virtudes. Testemunha-o a oração da Cidade de Deus, peregrina no mundo. Clama a Deus pela boca de todos os seus membros: Perdoa-nos nossas dividas, assim como perdoa-mos nossos devedores... Os próprios justos tem necessidade de semelhante oração, porque, embora a alma deles esteja submetida a Deus, a razão não impera perfeitamente aos vícios nesta vida mortal e neste corpo corruptível e opressor da alma. Embora mande, nunca o faz sem combate e sem resistência por parte das paixões”⁴⁸³.

481. De Civ. Dei XXI,15.

482. Ibidem XXI,16: “Os vícios devem ser considerados vencidos somente quando o são pelo amor de Deus, que não dá senão Deus mesmo e unicamente pelo mediador entre Deus e os homens, o homem Jesus Cristo, que, para fazer-nos partícipes de sua divindade, se fez partícipe de nossa mortalidade”.

483. Ibidem XIX,27.

A união do homem com Deus, que procede da submissão desse à Vontade Divina pela fé, impulsiona e sustenta o espírito de concórdia dos homens entre si que ocasiona a paz⁴⁸⁴.

Segundo o Sábio de Hipona, só a comunhão da vontade humana com a divina consolida a concórdia da família e da sociedade, pois Deus é o único elo que propicia o amor entre os homens⁴⁸⁵. Estas duas dimensões da paz constituem, para o Doutor da África, o terceiro grau da paz. Ambas dependem da aplicabilidade de dois princípios: primeiro, não fazer mal a ninguém; segundo, fazer o bem a quem a gente possa⁴⁸⁶.

A obediência aos ditames daqueles que governam a casa e o Estado não é fruto da violência e da opressão, mas do desejo do bem comum, que, na concepção de Nosso Autor, deve estar na base de todas as iniciativas de quem detém o poder na família ou no Estado⁴⁸⁷. Quem obedece, percebe que aqueles, que mandam, estão procurando assegurar e promover o bem estar e a segurança de todos, ainda que isso lhes custe sacrifícios e fadigas. Por isso, o Sábio Bispo acredita que somente o amor ao Sumo Bem pode suscitar a paz entre governantes e governados, pois, quando se ama a Deus, se ama a si mesmo e ao próximo, com tanta intensidade que torna possível a superação de interesses mesquinhos⁴⁸⁸. O culto ao Deus Verdadeiro torna o ser humano magnânimo e forte, capaz de enfrentar os obstáculos que se interpõem ao exercício da caridade como: o desejo exacerbado de possuir sem limites e usar o poder apenas para fins pessoais. Daí, compreende-se, segundo o pensador Juan Pegueroles⁴⁸⁹, porque o Santo Pastor denomina o amor a Deus de amor social. Ao contrário do *amor sui*, que exclui Deus e o próximo, privando o homem da união com o Criador e seus semelhantes,

484. Ibidem nota 477: “A paz dos homens entre si, sua ordenada concórdia”.

485. Serm 359,9: “Bon ares concórdia fratrum; sed videte ubi: In Christo, christianorum. Et amor proximorum. Quid, si adhuc nondum est frater in Christo? Quia homo, proximus est; ames et ipsum, ut lucreris et ipsum..., si amas et ipsum, accessisti et ad aliam dilectionem alio dono, et sic sunt in te duo: concordia fratrum, et amor proximorum”.

486. Cf. De Civ. Dei XIX,14.

487. Epist, 155,3,9: “Hoc nobis velimus, hoc civitati cuius cives sumus, non enim aliunde beata, civitas, aliunde homo; cum aliud civitas non sit, quam concurs hominum multitudo... Si omnis iustitia, quarecte iudicando sua cuique distribuis, id laborat, id nititur, ut hi quibus vis ut bene sit, salvi sint corpore, et ab omni cuius quam improbitate tuti atque pacati, habeant filios...”

488. Ibidem nota 232. “Naquela, seus príncipes e as nações avassaladas vêem sob o jugo da concupiscência de domínio; nesta, servem em mutua caridade, os governantes, aconselhando, e os súditos, obedecendo. Aquela ama sua própria força em seus potentados; esta diz a seu Deus: A ti hei de amar-te, Senhor, que és minha fortaleza”.

489. Cf. PEGUEROLES, Juan. Amor proximi. El socialismo del amor en San Agustín. In: ESPIRITU, V.XXX, n.83, Ener/Jun, 1981, p.149.

o amor a Deus abre a existência humana para uma experiência de amor universal. Este não se limita aos membros da família ou aos concidadãos, ele se estende a todo gênero humano, promovendo e sustentando a fraternidade e a unidade entre todos os povos, pois possui conotação transcendente⁴⁹⁰.

A paz, para o Doutor da Caridade, é algo tão grande e magnífico que comporta uma prospectiva ascendente. Ela não se esgota nesta dimensão efêmera e terrena. Sua consumação será na Jerusalém celeste, onde se gozará de Deus para sempre, sem as lutas e os esforços contínuos contra as paixões desordenadas, que tentam subjugar os seres humanos e torná-los escravos de seus próprios vícios, como já exposto. Deus será a paz perpétua e a felicidade. Assim, o quarto grau da paz, ou seja, o grau supremo é de caráter escatológico. Ele está bem sintetizado pelas seguintes palavras de Santo Agostinho:

“O rio de paz prometido aos santos é, sem duvida, a abundancia dessa paz que transcende qualquer outra. Essa paz que nos banhará no fim e de que no livro precedente já falamos de sobejo. Diz que esse rio desce sobre aqueles a quem se promete tamanha felicidade para dar-nos a entender que, na bem-aventurada região que é o céu, esse rio sacia todos os anseios. E, como a paz da incorrupção e da imortalidade dali flui e chega até aos corpos terrenos, por isso diz que esse rio desce, quer dizer, transbordando dos seres superiores, cai sobre os mais humildes e torna os homens iguais aos anjos”⁴⁹¹.

Nota-se que, em todos os níveis da paz agostiniana, sobressai a necessidade imprescindível da ordem ontológica e cosmológica que tem como referência a lei eterna. Segundo Juan Fernando Ortega⁴⁹², os fundamentos desta visão estão no *De Ordine*, livro II. Na concepção do Teólogo Africano, todos os graus da paz constituem uma expressão da lei divina que rege ordenadamente o Cosmo com

490. De Ver. Rel. XLVI,88-89 : “Sed nec sic quidem ab homine homo diligendus est, ut diliguntur carnales frates, vel filii, vel coniuges, vel quique cognati, aut affines aut cives. Nam et dilectio ista temporalis est. Non enim ullas tales necessitudines haberemus, quae nascendo et moriendo contingunt, si natura nostra in praeceptis, et imagine Dei manens, in istam corruptionem non / relegaretur. Itaque ad pristinam perfectamque naturam nos ipsa veritas vocans, praecipit ut carnali consuetudini resistamus, docens neminem aptum esse regno Dei, qui non istas carnales necessitudines oderit... Oderimus ergo temporales necessitudines, si aeternitatis caritate flagramus. Diligat homo proximum tamquam seipsum. Certe enim sibi ipse nemo est pater, aut filius, aut affinis aut aliquid huiusmodi, sed tantum homo: qui ergo diligit aliquem tamquam seipsum, hoc in eo debet diligere, quod sibi ipse est... Ipsa igitur natura humana sine carnali conditione diligenda est, sive sit perficienda sive perfecta”.

491. De Civ. Dei XX,21.1

492. Cf. ORTEGA, Juan Fernando. La paz y la guerra en el pensamiento agustiniano. In: REVISTA ESPAÑOLA DE DERECHO CANÓNICO, V.XX, n.58, Ener/Abr, 1962,p.6-7.

sabedoria e amor, direcionando-o, misteriosamente, para a *tranquilitas ordinis*. Por isso, ele afirma categoricamente:

“A ordem é a disposição que às coisas diferentes e às iguais determina o lugar que lhes corresponde. Portanto, como os miseráveis, enquanto tais, não estão em paz, não gozam da tranqüilidade da ordem, isenta de turbações, mas, porque merecida e justamente miseráveis, mesmo na miséria não podem estar fora da ordem. Não estão unidos aos bem-aventurados, mas deles separados pela lei da ordem. Quando não estão turbados, unem-se quanto podem às coisas em que estão. Neles há, portanto, certa tranqüilidade na respectiva ordem e, por conseguinte, certa paz. São porém, miseráveis, porque, embora estejam onde devem estar, não estão onde não se veriam precisados de sofrer. São mais miseráveis, se não estão em paz com a lei que rege a ordem natural”⁴⁹³.

3.3.3

A pax da Civitas

Antes de abordar o tema da *pax civitas*, é necessário conhecer os diversos sentidos que o Teólogo da Paz emprega ao termo *civitas*. Para Roberto Noriega Fernández⁴⁹⁴, *civitas*, em Santo Agostinho, possui três conotações distintas. Na linguagem ordinária e prática, ele se refere a Roma e a Hipona, ambientes em que vivem os cidadãos bons e os maus. Na perspectiva ontológica, significa a Jerusalém Celeste ou Babilônia, duas imagens que indicam a presença do reino de Deus ou sua ausência, que se manifesta pela adesão ou oposição ao projeto Divino. E, quando utiliza com senso teológico, ele aplica à igreja peregrina, formada por aqueles e aquelas que vivem na expectativa da realização definitiva da paz na pátria celeste. Todos estes sentidos têm o homem e sua liberdade como ponto comum. A paz depende do reto uso que os cidadãos fazem de sua liberdade.

No capítulo XVI do livro XIX da *Cidade de Deus*, quando se refere a *civitas* como espaço concreto, onde se constrói a paz, o Pastor Africano afirma que a base da “*pax civitas*” é a família⁴⁹⁵. Na sociedade doméstica, encontram-se as raízes da paz social. Por isso, segundo o Sábio Teólogo, as regras, que fazem parte da vida familiar, devem estar em sintonia com as leis do Estado. No entanto, quando Nosso Autor destaca a função primordial da família no processo de aquisição da

493. Ibidem nota 472.

494. Cf. FERNANDEZ, R. Noriega., op. cit., p.243.

495. De Civ. Dei. XIX,16: Nesta parte da cidade de Deus santo Agostinho dividiu a sociedade em três segmentos: *domus*, *urbis* e *orbis*, ou seja, família, Estado e o mundo.

paz, de modo nenhum pretende relativizar o papel daqueles que detêm autoridade, como deixa claro quando diz:

“A casa deve ser o princípio e o fundamento da cidade. Todo princípio relaciona-se com seu fim e toda parte com seu todo. E, por isso, claro e lógico deva a paz doméstica redundar em proveito da paz cívica, quer dizer, deva a ordenada concórdia entre os que mandam e os que obedecem relacionar-se com a ordenada concórdia entre os cidadãos que mandam e os que obedecem. Donde se segue que o pai de família deve dirigir sua casa pelas leis da cidade, de tal forma que se acomode à paz da cidade”⁴⁹⁶.

A cidade, para o Nosso Autor, não é uma abstração mental. Ela é uma realidade visível, palpável, constituída de homens que vivem e se relacionam por laços de afinidade natural e interesses comuns⁴⁹⁷. Na concepção do Sábio Teólogo, a cidade é um conjunto de famílias que vivem sob a tutela de leis, que favorecem o bem comum e a segurança de todos. Por sua vez, a família é a origem e o sustentáculo da cidade⁴⁹⁸. De fato, a primeira sociedade tem início no matrimônio, em que um dos fins é a perpetuação da espécie, que proporciona a existência e a continuidade da cidade.

Quando aborda o problema da paz familiar, o Hiponense delineia alguns princípios, que são indispensáveis para que haja a paz doméstica. Em primeiro lugar, é necessário que haja uma autoridade responsável pela promoção do bem comum. Para que esse fim seja alcançado, deve-se requerer a obediência daqueles, dos quais se devem prover as suas necessidades. Além disso, deve haver um espírito de colaboração, que, muitas vezes, se manifesta através do esquecimento de si em prol do outro e da comunidade, ou seja, um espírito impregnado de altruísmo e caridade fraterna. Desse modo, a submissão, que o Nosso Autor destaca, não é motivada por um temor servil, mas pelo amor zeloso e diligente daqueles que detêm a autoridade. Somente agindo assim, se constrói e se mantém a tranqüilidade do lar e da cidade. Já a paz daqueles que dirigem os destinos da “domus” e da “civitas”, encontra-se na diligência com que ambos buscam o bem de seus súditos. Desse modo, a paz do chefe de família procede da sua fidelidade

496. Ibidem

497. De Civ. Dei XV,8,2: “Nesse lance era impossível instituir com um só sujeito uma cidade, que na realidade não passa de multidão de homens unidos entre si por algum laço social”.

498. Ibidem XV,16.3.

ao compromisso de proteger a sua casa das insídias dos desordeiros e prover todos de bem estar. A fim de que a ordem seja mantida e a tranquilidade não seja eliminada, o pai de família pode servir-se, quando for preciso, da força física para dissipar e conter as ameaças à paz e à segurança, os inimigos da ordem familiar e social⁴⁹⁹. A esse respeito convém citar um trecho, no qual o Santo Africano sintetiza seu próprio pensamento:

“Daí nasce também a paz doméstica, quer dizer, a ordenada concórdia entre quem manda e os que em casa obedecem. Mandam os que cuidam, como o homem à mulher, os pais aos filhos, os patrões aos criados. Obedece quem é objeto de cuidado, como as mulheres aos maridos, os filhos aos pais, os criados aos patrões. Mas em casa do justo que vive da fé e ainda peregrina, longe da cidade celeste, quem manda também serve àqueles que parece dominar. A razão é que não manda por desejo de domínio, mas por dever de caridade, não por orgulho de reinar, mas por misericórdia de auxiliar”⁵⁰⁰.

Como já expusemos, o Hiponense acredita que a paz familiar desemboca sempre na paz social. Como a cidade é a continuação da “*domus*”, a paz experimentada por todos os membros da casa se irradia na sociedade, através do testemunho da caridade vivida no seio do lar. Desse modo, pode-se afirmar que a unidade da família é o fundamento, sobre o qual o Estado pode e deve alicerçar a sua paz. No pensamento do Pastor Africano existe paz somente, onde há ordem. Nenhuma comunidade adquire paz, ainda que seja pequena como a família, se não estiver presente um espírito de cooperação e organização. Por isso, a administração do lar é confiada a um que tem o encargo não só de governar, mas de proteger os seus, banindo, se preciso for, até com a força, àqueles que, com as suas ações, tornam-se uma ameaça à paz e à tranquilidade da casa. Por sua vez, os demais membros devem colaborar com espírito de obediência, aderindo às disposições que emanam de seus respectivos chefes. Assim, família e Estado são duas realidades com caráter e funções diversas, porém unidas pelos laços da paz, pois a paz e a concórdia dependem uma da outra.

Outra dimensão da “*pax civitas*” é o exercício da justiça que, por certo, está presente no lar e se manifesta através das relações de caridade e pronta disponibilidade com que os habitantes da mesma se esforçam para viver de acordo

499. Ibidem nota 407.

500. Ibidem nota 452.

com as máximas da caridade e do amor fraterno. De fato, onde existe um empenho para socorrer as necessidades comuns e se busca a interação entre os interesses pessoais e os comunitários, as armadilhas do egoísmo são vencidas e a paz torna-se viável. A vivência da justiça por parte do Estado se dá, quando aqueles que governam canalizam os seus esforços em prol de seus súditos, não permitindo que os seus projetos pessoais se sobreponham às necessidades dos governados. Segundo Onorato Grassi⁵⁰¹, o Santo Doutor defende que a justiça é a base e o elemento constitutivo de qualquer cidade pacífica. Porém, com veemência, recorda que a autêntica justiça começa pelo reconhecimento e o culto ao verdadeiro Deus⁵⁰². Nosso Autor insiste que a primazia do amor a Deus é a fonte e a garantia de toda justiça, inclusive aquela do Estado. Assim, a justiça só existe quando o Estado vive sob o Senhorio de Deus⁵⁰³. Neste sentido, entende-se a crítica que o Pastor de Hipona faz ao Império Romano, quando afirma que jamais houve justiça e, por conseguinte, paz nos territórios conquistados por Roma. Em nenhum momento da história, está registrado que aqueles que deviam promover e sustentar a República, deram culto ao Deus Verdadeiro e nem, muito menos, dominado as paixões do vício e do mando. Portanto, se Deus não foi servido, como se requer de uma autêntica justiça, o povo também nunca fora beneficiado pelos préstimos da República. Segundo este raciocínio do Doutor Africano, os direitos dos cidadãos só são respeitados, quando os direitos de Deus são reconhecidos⁵⁰⁴. Outra verdade que advém dessas considerações, é que o Estado existe em função dos direitos do povo.

A paz da “*civitas*”, na concepção do Santo Teólogo, reclama por uma justiça que tem como princípio a obediência ao Criador, a submissão do corpo à alma, como as paixões à razão⁵⁰⁵. Nenhuma justiça é possível, se a alma não se submete

501. GRASSI, Onorato. Il Male storico e la giusta pace in Agostino. In: Atti del Seminario del centro di Studi Agostiniani, Perugia, Università, 1997, p.140.

502. Ibidem nota 248.

503. De Civ. Dei. IV, 18.

504. Ibidem XIX, 21.1.

505. KLINGNER, Friedrich. La Idea de Justicia de Hesiodo a San Agustin. In : ESTUDIOS POLITICOS, V. XLIX, n.71-72, Sep/Dic, 1953. Ibidem: “Portanto, onde não existe verdadeira justiça não pode existir comunidade de homens fundada sobre direitos reconhecidos e, portanto, tampouco povo, segundo a definição de Cipião ou de Cícero. E, se não pode existir o povo, tampouco a coisa do povo, mas a de conjunto de seres que não merece o nome do povo. Se, por conseguinte, a república é a coisa do povo e não existe povo que não esteja fundado sobre direitos reconhecidos e não há direito onde não há justiça, segue-se que onde não há justiça não há república”.

à Sabedoria da Ordem Divina⁵⁰⁶. Desses diversos graus de justiça desdobra-se o amor humilde e serviçal com que os membros da cidade de Deus vivem, neste mundo, que se transformam em prerrogativas da paz:

“Dessa maneira, como um só justo vive da fé, assim também o conjunto e o povo de justos viverão dessa fé que age pela caridade, que leva o homem a amar a Deus como deve e ao próximo como a si mesmo. Em conclusão, onde não existe semelhante justiça não existe tampouco a congregação de homens, fundada sobre os direitos reconhecidos e comunidades de interesses”⁵⁰⁷.

Uma cidade alcança a paz, quando cada um dos seus habitantes vive a justiça a partir do seu próprio interior. Somente em Comunhão com Deus e no domínio de suas faculdades, o homem mantém a ordem do amor, que, para Agostinho, constitui a fonte da justiça social, que corrobora com a paz⁵⁰⁸. De fato, se uma cidade é, como já mencionado pelo Nosso Autor, a união de homens movidos por interesses comuns, a concórdia da “*civitas*” depende do objeto desses interesses⁵⁰⁹. Por isso, o Sábio Pastor, baseado na história dos povos e, de modo especial, do Império Romano, cujas páginas estão permeadas pelo sangue das guerras e conquistas injustas, assegura que: romanos, atenienses, gregos e babilônios se consideravam um povo, pois viviam em contínua batalha, porém tinham, entre si, um objetivo comum, que era imperar um sobre o outro. Para Santo Agostinho, somente os homens de fé podem construir uma cidade justa e pacífica. E, só vive de acordo com a justiça quem ama o Sumo Bem⁵¹⁰.

“Porque em geral, a cidade dos ímpios, refratária às ordens de Deus, que proíbe sacrificar a outros deuses afora Ele, e, por isso, incapaz de fazer a alma prevalecer sobre o corpo e a razão sobre os vícios, desconhece a verdadeira justiça”⁵¹¹.

506. Cf. nota 504.

507. De Civ. Dei, XIX,23.5.

508. Cf. OTTORINO, Pasquato. La Giustizia in S.Agostino. In:Atti della Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi Sull alto medioevo,Spolieto,Centro di Studi Medievale,1994,pp.150-151

509. Cf. De Civ. Dei XIX,24.

510. De Mor. Eccl. Cath. I,15.25.:Iustitiam amorem Deo tantum servientem et ob hoc bene imperantem ceteris quae homini subiecta sunt...

511. Cf. nota 509.

3.3.4

Os Direitos Naturais e a paz

O Doutor da Graça tem consciência de que os direitos naturais, ancoram no fato de que o homem é Pessoa dotada de razão e liberdade e em relação com o Cosmo, porém distinto deste⁵¹². Desse modo, direito natural, segundo o Filósofo de Hipona é uma força inata no ser humano como a religião, a piedade, a gratidão, a punição ao mal, o respeito e a sinceridade nas relações sociais⁵¹³. Dele depende o acordo entre duas pessoas, o reconhecimento da igual dignidade de todos. De fato, Nosso Autor acredita que o direito natural se expressa através do direito positivo, que forma os costumes dos povos e das nações. No entanto, o Sábio da África não pretende minimizar a responsabilidade do homem. Ele afirma que o ser humano é a única criatura capaz de conhecer e amar a verdade e que, possui, para isso, razão e livre-arbítrio. O homem, para o Santo Africano, ocupa um posto singular dentro da criação. O valor da Pessoa é exaltado nestes termos:

“Grande e admirável sentimento de que, entre todos os animais mortais, o homem é o único capaz. Vários são dotados de vista mais aguda que a nossa, para ver a luz sensível, mas não podem atingir a luz incorpórea, cujos raios nos iluminam a alma, para assegurar-nos a retidão de nossos juízos. E a medida de nossa participação nessa luz é a medida de nossa inteligência”⁵¹⁴.

O imperativo de conhecer a verdade abre, segundo o Nosso Autor, o homem para o mundo, permitindo o desenvolvimento da alteridade. Quanto mais o ser humano alarga o seu horizonte social, mais ele cresce como Pessoa⁵¹⁵. Desse modo, o Doutor Africano defende que os direitos naturais são essenciais, e constituem uma espécie de salvaguarda, que, na vida social, recorda o valor incomparável da vida humana e a justa aplicação das leis que regem uma cidade ou nação.

A consideração que é devida à Pessoa, bem como o seu livre arbítrio, e desejo de felicidade terrena e eterna, pode ser explicado por aquela luz interior,

512.Cf.VERGES, Salvador. Derechos humanos y dignidade de la persona:Evolucion y progreso estoicismo y S.Agustin.In: STUDIA PATAVINA, n.1, Anno 3, Sett/dic, 1954, p.317.

513. De Div. Quaest. XXXI,1. In: La Vera Religione, V. VI/2, Roma, Città Nuova, 1995.

514. De Civ. Dei XI,27.2

515.Cf.CAMPELO, Moises Maria. La persona humana, sujeto de la historia. In: ANUARIO JURIDICO ESCURIALENSE, V. 1, n. XIX-XX,1987/1988,p.312.

que ilumina a sua razão no processo de descoberta da verdade, através do esplendor das criaturas, como afirma o Hiponense:

“Por esses degraus desci às profundezas do inferno, atormentado pela sede da verdade, enquanto te buscava, Deus meu, não com a razão, pela qual me quiseste superior aos animais, mas com os sentidos da carne. Agora eu te reconheço e confesso a ti que tiveste compaixão de mim quando eu ainda não te conhecia. Tu estavas mais dentro de mim do que a minha parte mais íntima. Eras Superior a tudo o que eu tinha de mais elevado”⁵¹⁶.

O Sábio Teólogo crê, firmemente, que só, à luz de Deus, pode ser suficientemente compreendido o valor da Pessoa e, por conseguinte, o respeito pelos seus direitos. Todo homem, independentemente da sua cultura ou nação, possui sempre a mesma dignidade⁵¹⁷. Por isso, cada homem deve considerar o seu semelhante como um irmão, reconhecendo nele a imagem de Deus. Essa verdade repele todo tipo de desigualdade e injustiça, e impulsiona maior fraternidade entre os cidadãos. O Santo Doutor também enfatiza, que a dignidade da Pessoa é imutável, porque está alicerçada sobre uma Verdade que não varia de acordo com as leis da sociedade e nem depende da vontade dos governantes:

“Se ambos vemos que é verdade, o que tu dizes e o que eu digo, onde o vemos? Certamente não eu em ti e tu em mim, mas ambas na própria Verdade Imutável que está acima de nossas inteligências. Se não discutimos sobre essa luz do Senhor nosso Deus, porque discutir sobre a opinião do nosso próximo, que não conseguimos contemplar como contemplamos a Verdade Imutável?”⁵¹⁸.

O homem, no pensamento agostiniano, como tudo que lhe diz respeito, está sempre posto em relação a Deus. No entanto, essa abertura ao Transcendente não o aliena do contexto social e nem o exime de trabalhar em prol da justiça e da paz. Nosso Autor tem plena convicção que nenhuma sociedade constrói a paz sem o respeito pelos direitos naturais. Por isso, no Doutor Africano, segundo Salvador Verges, é constante o trinômio: Estado-direito-justiça⁵¹⁹. Deus, ao criar todos os homens, deu-lhes origem e destinos divinos, a fim de que fossem uma só família,

516. Conf., X,35.

517. Cf. CAMPELO, Moises Maria., op. cit.,pp.281-282.

518. Conf., X,35.

519. Cf. COCCIA, Antonio. Unità del Genere Umano e Dignità dell uomo nel pensiero di Sant Agostino. In: STUDIA PATAVINA, n. 1, Anno 3, Sett/dic, 1954, p.316.

edificando a concórdia e a paz⁵²⁰. A esse respeito, é muito significativo este trecho do Pastor Hiponense:

“Deus, para unificar o gênero humano, não apenas pela semelhança de natureza, mas também por laços de consangüinidade, para ligá-los, digo, com o vínculo da paz em unidade concorde, quis procedessem de um só todos os homens”⁵²¹.

Seguindo esta linha de raciocínio, seguramente, pode-se afirmar que os direitos naturais integram a paz, pois, se a dignidade da pessoa não for preservada e tutelada por aqueles que têm o poder, de nada valem os esforços para deter as injustiças que geram as guerras. Por isso, segundo o Santo Africano, a Razão Suprema concedeu a todos os homens a luz natural da razão, que proporciona o reconhecimento da dignidade de cada pessoa e o respeito pelos seus direitos⁵²².

3.3.5 A Cidadania

O conceito de Cidadania, em Nosso Autor, foi forjado pela cultura Grego-romana, representada por Platão, Aristóteles, Virgílio e Cícero⁵²³. A leitura das obras destes pensadores influenciou a maturação da visão do homem e da sociedade desenvolvidas pelo Pastor Africano, bem como as prerrogativas que ele sustenta acerca da base de uma verdadeira cidadania.

O tema da cidadania, no Hiponense, tem ambivalência terrena e escatológica. O homem é social por natureza; esta dimensão da sua existência se manifesta através do convívio social⁵²⁴. No entanto, Nosso Autor tem presente que a vida social tem seus desafios originados na tendência concupiscente do poder e do domínio⁵²⁵. De fato, o homem, quando se revoltou contra o Criador, teve as suas relações interpessoais deturpadas. Facilmente, arroga a si o domínio sob os seus semelhantes, usurpando o lugar de Deus. Ao ser humano, foi concedido um

520. Cf. VERGES, Salvador., op. cit., p.323.

521. De Civ. Dei, XIV,1.

522. Cf. COCCIA, Antonio., op. cit. p.736.

523.Cf. AGUADO, Alberto Fernandez. Apuntes sobre antropologia agostiniana. In: MAYÉUTICA, V. XII, n.33-34, 1986,pp.449-457; MORAN, Felipe Martinez. El espíritu virgiliano en la Ciudad de Dios. In: CIUDAD DE DIOS, V. CLXVII, T. 1, 1955,pp.

524. Cf. SERRA TRUYOL, Antonio. El Derecho y el estado en San Agustín. Madrid, Editorial de Derecho Privado, 1944,p.132.

525. Cf. VERGES, Salvador,op.cit.,p.322.

poder de domínio sobre os seres inanimados, visando à conservação do cosmo e a ordem da criação. Os homens possuem razão que lhe permite livre comando⁵²⁶. Para o Santo Teólogo, uma autêntica cidadania se manifesta através do empenho na implantação de uma ordem social justa, que é um desdobramento do *amor Dei*. Os romanos, através da confluência de seus interesses comuns, conseguiram estender as fronteiras do Império e aumentar seu poderio econômico, movidos apenas pelo desejo de vanglória e prestígio humano, como já abordamos. Por sua vez, os cristãos, impulsionados pela graça, podem viver sua cidadania esforçando-se para que, neste mundo marcado por diversa sorte de injustiças, o amor e o serviço generoso eliminem as desigualdades entre as pessoas e as distâncias entre os povos. Para isso, os membros da Jerusalém do alto vivem e agem, neste século, iluminados pela luz do alto, tendo diante de si, como modelo e exemplo, aquele amor oblato que já predomina na Pátria Celeste. Aliás, os eleitos sabem que a paz e a justiça, pelas quais anseiam e trabalham, é sempre um pálido reflexo daquela suavíssima e gloriosíssima paz que brilha na sociedade celeste:

“Por conseguinte, por esse tão dilatado e duradouro Império, afamado e glorioso pelas virtudes de homens tão insígnies, se deu a seu intento o galardão que buscavam e a nós nos propuseram exemplo de admoção necessária. Isso com o propósito de que, se não tivermos pela gloriosíssima cidade de Deus as virtudes de que é imagem, embora apagada, as que os romanos tiveram pela glória da cidade terrena, no acicate o poder, e, se as tivermos não nos ensoberbecamos”⁵²⁷.

Quando o Sábio Pastor enaltece as chamadas “virtudes cívicas”, que os romanos praticavam antes do anúncio de Cristo, guiados unicamente pela luz da razão natural, ele ressalta que somente o cristianismo pode favorecer o desabrochar de uma cidadania digna do homem, pois a mensagem do Evangelho promove e eleva os ideais humanos, dando-lhes a conotação da verdadeira justiça, que age pelo amor. Por isso, a reconstrução do Império Romano, tão incitada nas páginas do “*De Civitate Dei*”, aponta, continuamente, para Cristo e o seu poder salvífico. O Africano não tem dúvida de que uma sociedade justa só é edificada, quando os cidadãos pautam sua cidadania pelo *amor Dei*⁵²⁸. Somente este amor gera espírito de comunhão entre os homens. Assim, a atuação social é voltada para

526. Cf. BREZZI, Paolo., op. cit, p.159.

527. De Civ. Dei V,18.3.

528. Cf. TORRE, De la Angel Sanchez. Las Virtudes Cívicas en el pensamiento de San Agustín de Hipona. In: AUGUSTINIANA, V.XXXIV, 1993,pp.866-867.

o bem comum e não deixa espaço para os interesses particulares⁵²⁹. Desse modo, a paz, patrimônio e necessidade de todos, pode ser alcançada como fruto da colaboração de todos.

Os romanos, não obstante haverem demonstrado amor à pátria, não foram capazes de edificar uma sociedade justa e fraterna, porque, segundo o Sábio Doutor, renegaram o Deus Verdadeiro em nome do paganismo. Além disso, a veneração à pátria, sentimento natural e espontâneo acabou se transformando em orgulho e egoísmo patriótico⁵³⁰.

A religião cristã embora ancorada em valores que transcendem a história, contém, em si, a força, que pode mudar os rumos da sociedade humana, transformando os corações e as mentes em chamas ardentes de amor e paz, como explicita o Doutor da Caridade:

“E porque, fazendo e dizendo coisas divinas e vivendo de maneira divina, amolecida, de certo modo, a dureza dos corações e introduzida a paz da justiça, na Igreja de Cristo alcançaram grande glória, nem por isso nela descansaram como no fim de sua virtude. Pelo contrário, referindo-se à glória de Deus, cuja graça deviam o serem assim, com esse fogo acendiam naqueles a quem pregavam o amor Aquele que os fizera assim”⁵³¹.

529. Cf. Epist 138,15.

530. Cf. BRUCCULERI, A. *I pensiero Sociale di Santo Agostino*, Roma, Edizione Ciltà Cattolica, 1945, pp.325-326.

531. De Civ. Dei V,14.